



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-GEOGRAFIA

ELANNE PIRES DOS SANTOS

A PERCEPÇÃO DAS (DOS) ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ ACERCA DA VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

GRAJAÚ-MA
2026

ELANNE PIRES DOS SANTOS

**A PERCEPÇÃO DAS (DOS) ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO CENTRO
DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Maranhão – UFMA,
Centro de Ciências de Grajaú, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em
Ciências Humanas-Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da
Silva

GRAJAÚ-MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pires dos Santos, Elanne.

A PERCEPÇÃO DAS DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO CENTRO
DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA
A MULHER / Elanne Pires dos Santos. - 2026.

28 p.

Orientador(a): Marcos Nicolau Santos da Silva.

Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade
Federal do Maranhão, Grajaú, 2026.

1. Violência Doméstica Contra A Mulher. 2. Hierarquia
de Gênero. 3. Grajaú. 4. Estudantes. I. Santos da
Silva, Marcos Nicolau. II. Título.

ELANNE PIRES DOS SANTOS

**A PERCEPÇÃO DAS (DOS) ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO CENTRO
DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Maranhão – UFMA,
Centro de Ciências de Grajaú, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Licenciatura
em Ciências Humanas-Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da
Silva

Aprovado em: 27 / 02 / 2026

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva - Orientador
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

Profa. Dra. Rosimary Gomes Rocha
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

Profa. Esp. Ana Gabriela Aguiar de Sena

Dedico a todas as mulheres que, em silêncio ou em luta, enfrentam a violência e seguem buscando força para continuar. Dedico também às vítimas que tiveram suas histórias interrompidas, mas que não devem ser esquecidas. Que este trabalho contribua, ainda que de forma singela, para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de violência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a DEUS, por ser meu sustento diário e minha força nos momentos difíceis. Foi por meio d'Ele que encontrei coragem para seguir, mesmo diante dos desafios, e esperança para não desistir quando o cansaço parecia maior.

Agradeço, com todo o amor, à minha família, que sempre foi meu alicerce, meu bem mais precioso. Aos meus pais, em especial, Seu Francisco de Sousa dos Santos e Dona Marilene da Conceição Pires, minha eterna gratidão pelo cuidado, pela educação, pelos ensinamentos e pelo apoio incondicional que me acompanharam em cada etapa dessa trajetória.

Aos meus professores, deixo meus sinceros agradecimentos, por todo o conhecimento compartilhado, pela dedicação e pelo compromisso com a formação humana e acadêmica. À Universidade Federal do Maranhão, por ser espaço de aprendizado, reflexão e crescimento, possibilitando a construção desse percurso acadêmico. Ao meu orientador, Prof. Marcos Nicolau Santos da Silva, agradeço pelas orientações, pela disponibilidade e pela contribuição fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, agradeço pela convivência, pelo apoio e pelas experiências compartilhadas ao longo do curso. Cada diálogo, cada desafio superado e cada aprendizado coletivo fizeram parte dessa conquista.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha trajetória e contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Este trabalho representa não apenas uma conquista acadêmica, mas também o resultado de afeto, apoio e dedicação compartilhados ao longo do caminho.

GRATIDÃO!

Cadê meu celular? Vou ligar pro 180.

Elza Soares, Maria da Vila Matilde (2015).

A PERCEPÇÃO DAS (DOS) ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

THE PERCEPTION OF UNDERGRADUATE STUDENTS AT THE GRAJAÚ CENTER FOR SCIENCES REGARDING DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN

Elanne Pires dos Santos

Discente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Centro de Ciências de Grajaú.

Marcos Nicolau Santos da Silva – Orientador

Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Centro de Ciências de Grajaú.

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher constitui um problema social complexo, marcado por relações desiguais de gênero e sustentado por fatores culturais, sociais e simbólicos. Este estudo tem como objetivo analisar a violência doméstica a partir da percepção das (dos) estudantes de graduação do Centro de Ciências de Grajaú, da Universidade Federal do Maranhão. A pesquisa caracteriza-se como quantitativa e qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, realizada por meio da aplicação de questionário presencial com estudantes dos cursos de Ciências Humanas e Ciências Naturais, abrangendo turmas dos anos de 2022 a 2025. Do total de 153 estudantes ativos, 124 participaram da pesquisa. A fundamentação teórica baseou-se em autoras e autores que discutem violência de gênero, patriarcado, dominação simbólica, ciclo da violência e políticas públicas de enfrentamento. Os resultados indicam que as (os) estudantes reconhecem a violência doméstica como um fenômeno recorrente, manifestado por diferentes tipos, com destaque para a violência psicológica e física. Entre os fatores apontados como contribuintes para a violência contra a mulher estão ciúmes ou conflitos relacionais, machismo e o patriarcado, o uso de álcool e drogas, conflitos relacionais e histórico familiar de violência. As respostas discursivas evidenciam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas, ampliação das redes de apoio, maior eficiência dos serviços de segurança e ações educativas contínuas. Conclui-se que a universidade desempenha um papel fundamental na formação crítica dos (as) estudantes e no enfrentamento da violência doméstica, contribuindo para a construção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Violência contra a mulher; Grajaú-MA.

ABSTRACT

Domestic violence against women constitutes a complex social problem, marked by unequal gender relations and sustained by cultural, social, and symbolic factors. This study aims to analyze domestic violence from the perspective of undergraduate students at the Grajaú Science Center of the Federal University of Maranhão. The research is characterized as quantitative and qualitative, descriptive and exploratory in nature, carried out through the application of a face-to-face questionnaire to students from the Humanities and Natural Sciences courses, encompassing classes from the years 2022 to 2025. Of the total of 153 active students, 124 participated in the research. The theoretical framework was based on authors who discuss gender violence, patriarchy, symbolic domination, the cycle of violence, and public policies to address it. The results indicate that students recognize domestic violence as a recurring phenomenon, manifested in different types, with emphasis on psychological and physical violence. Among the factors identified as contributing to violence against women are jealousy or relational conflicts, sexism and patriarchy, alcohol and drug use, relational conflicts, and a family history of violence. The discursive responses highlight the need to strengthen public policies, expand support networks, increase the efficiency of security

services, and implement continuous educational actions. It is concluded that the university plays a fundamental role in the critical formation of students and in confronting domestic violence, contributing to the construction of a culture of respect and gender equality.

Keywords: Gender; Violence against women; Grajaú-MA.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher constitui-se como um fenômeno social historicamente construído, presente em diferentes sociedades e períodos. Trata-se de uma problemática que ultrapassa ações individuais, revelando desigualdades, conflitos de poder e vulnerabilidades profundamente enraizadas na organização social. Por isso, esse fenômeno não pode ser compreendido apenas como ações isoladas, mas como uma ocorrência que afeta indivíduos, famílias e comunidades.

Entre as diferentes formas de situações de agressão, a violação dos direitos das mulheres se destaca por sua frequência e gravidade. Trata-se de uma realidade que atinge mulheres de diferentes idades e classes sociais, estando ligada a desigualdades de gênero que ainda marcam as relações sociais. Em muitos casos, essas desigualdades contribuem para a naturalização de práticas de controle, opressão e agressão no cotidiano, especialmente no âmbito das relações familiares e afetivas.

Nesse contexto, essa violação é uma das formas mais recorrentes, pois acontece em grande parte, dentro do espaço familiar, que deveria ser um ambiente de proteção e cuidado. Essas práticas não se limitam apenas às agressões físicas, mas também incluem violências psicológicas, morais, sexuais e patrimoniais, que muitas vezes ocorrem de maneira gradual, dificultando sua identificação.

A violência doméstica provoca impactos profundos na vida das mulheres, afetando sua saúde física e emocional, suas relações familiares e sua participação social. Trata-se, portanto, de um problema social, de saúde pública e de direitos humanos, que exige ações articuladas entre diferentes setores da sociedade, como educação, saúde, assistência social e sistema de justiça.

No Brasil, práticas abusivas doméstica contra a mulher continua sendo uma realidade preocupante, mesmo com a existência de leis e políticas públicas voltadas para sua prevenção. Em municípios do interior, esse problema tende a ser ainda mais complexo, devido às dificuldades de acesso à informação, aos serviços especializados e às redes de apoio. Dessa forma, a maneira como a violência é percebida pela sociedade influencia diretamente as possibilidades de denúncia e enfrentamento.

A universidade, enquanto espaço de formação crítica e produção do conhecimento, desempenha um papel fundamental na problematização das desigualdades sociais e na promoção de debates que contribuam para a transformação da realidade. Nesse contexto, a instituição se faz presente por meio de ações acadêmicas como pesquisas, palestras e campanhas educativas, que possibilitam a reflexão sobre a violência doméstica contra a mulher.

Diante disso, o presente estudo tem como problema de pesquisa compreender como as (os) estudantes de graduação do Centro de Ciências de Grajaú, da Universidade Federal do Maranhão, percebem atos violentos domésticos contra a mulher, seus tipos, impactos e possíveis formas de enfrentamento no contexto local. A partir desse problema, estabelece-se como questão norteadora: qual é a percepção das (os) estudantes sobre a ocorrência, os tipos de violência doméstica contra a mulher e as possibilidades de combate a esse fenômeno no município de Grajaú?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as práticas agressão contra a mulher a partir da percepção das (os) estudantes de graduação do Centro de Ciências de Grajaú, da Universidade Federal do Maranhão. Como objetivos específicos, busca-se identificar os casos de violência doméstica contra a mulher vivenciados pelos estudantes; caracterizar os principais tipos de violência doméstica destacados, bem como compreender a presença de possíveis ciclos de violência no núcleo familiar; e indicar, a partir da percepção dos estudantes, possíveis soluções para o combate à violência doméstica no município de Grajaú.

A justificativa deste estudo reside na relevância social e acadêmica do tema, especialmente em contextos locais ainda pouco explorados pela produção científica. Ao dar visibilidade às percepções dos estudantes universitários, a pesquisa contribui para o fortalecimento do debate sobre violência doméstica, para a formulação de ações educativas, institucionais e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Além disso, o estudo dialoga com a necessidade de compreender o fenômeno para além dos dados estatísticos, incorporando as experiências e interpretações dos sujeitos sociais.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: a primeira seção corresponde a esta introdução, na qual são apresentados o tema, o problema de pesquisa, a questão norteadora, os objetivos e a justificativa do estudo. A segunda seção aborda a fundamentação teórica, discutindo os principais conceitos relacionados à violência de gênero, patriarcado, dominação simbólica, o ciclo da violência e políticas públicas de enfrentamento. A terceira seção apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. Em seguida, são apresentados os resultados e a discussão, e, por fim, as considerações finais e as referências utilizadas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Violência doméstica contra a mulher: tipos e fatores, ciclo e impactos

A agressão doméstica contra a mulher manifesta-se de diversas formas, que nem sempre são reconhecidas como violência. Kelly (2004) introduz o conceito de *continuum da violência* para explicar como diferentes práticas de dominação se interligam, desde agressões físicas até formas sutis de controle emocional. Conforme apontam Minayo (2006) e Saffioti (2004), trata-se de um fenômeno complexo, que envolve práticas de controle, dominação e submissão, muitas vezes naturalizadas no cotidiano das relações familiares. Para compreender essa violência de maneira mais ampla, faz-se necessário reconhecer seus diferentes tipos, conforme estabelecido na Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, bem como nas contribuições de estudos feministas sobre o tema.

A violação física é a forma mais visível e socialmente reconhecida de violência doméstica. De acordo com a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), ela inclui qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher, como empurrões, tapas, socos, chutes e outras agressões. Embora seja a forma mais evidente, Minayo (2006) ressalta que a violência física costuma estar associada a outros tipos de violência, que muitas vezes antecedem ou acompanham as agressões corporais.

A violência psicológica caracteriza-se por ações que causam danos emocionais e comprometem a autoestima da mulher. Conforme a legislação brasileira, esse tipo de violência envolve ameaças, humilhações, chantagens, controle excessivo, isolamento social e manipulação emocional (Brasil, 2006). Kelly (2004) destaca que a violência psicológica é uma das formas mais frequentes e menos visíveis de violência doméstica, justamente por se manifestar de maneira gradual e cotidiana, fazendo parte de uma sequência de práticas violentas que podem se intensificar ao longo do tempo.

A violência moral refere-se a condutas que atingem a honra e a imagem da mulher, como calúnia, difamação e injúria. Segundo Saffioti (2004), esse tipo de violência contribui para desqualificar a mulher socialmente, reforçando sua submissão e fragilizando sua posição dentro da relação. Muitas vezes, a violência moral ocorre de forma associada à violência psicológica, sendo utilizada como estratégia de controle e dominação.

A violência sexual envolve qualquer ação que force a mulher a manter práticas sexuais contra sua vontade, inclusive dentro do casamento ou de relações afetivas. A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) reconhece que a violência sexual pode ocorrer mesmo em relações estáveis, rompendo com a ideia de que o consentimento é permanente. Saffioti

(2004) aponta que esse tipo de violência está diretamente ligado à lógica patriarcal, que historicamente atribui aos homens o controle sobre o corpo feminino.

A violência patrimonial diz respeito à retenção, destruição ou controle dos bens, documentos e recursos financeiros da mulher. De acordo com a legislação brasileira, essa forma de violência inclui práticas como impedir a mulher de trabalhar, controlar seu dinheiro ou destruir objetos pessoais (Brasil, 2006). Para Minayo (2006), a violência patrimonial contribui para a dependência econômica da mulher, dificultando sua autonomia e sua capacidade de romper com a relação violenta.

Segundo Kelly (2004), os diferentes tipos de violência doméstica não acontecem separadamente, mas estão ligados entre si e costumam ocorrer ao mesmo tempo. Por isso, muitas mulheres enfrentam mais de uma forma de violência dentro da mesma relação. Compreender essas diferentes manifestações é fundamental para reconhecer a gravidade do problema e para pensar ações mais eficazes de prevenção e enfrentamento, tanto por parte das instituições quanto da sociedade.

Fatores associados à violência contra a mulher

As práticas violentas domésticas contra a mulher configuram-se como um fenômeno social estruturado por relações desiguais de gênero, no qual formas de agressão física, psicológica, moral, sexual e patrimonial se manifestam de forma recorrente no espaço doméstico, envolvendo diferentes fatores sociais, econômicos, culturais e psicológicos, não podendo ser explicada por uma única causa-efeito.

Essas práticas estão associadas a padrões culturais e sociais que legitimam a dominação masculina e contribuem para a reprodução da violência. Minayo (2006) destaca que a violência deve ser analisada a partir das relações sociais em que está inserida, pois, suas manifestações estão ligadas às formas desiguais de organização da sociedade. Para a autora, a violência resulta da combinação de fatores sociais, culturais e institucionais, o que exige uma análise que vá além de episódios isolados e considere seus efeitos no cotidiano e nas estruturas sociais.

No interior das relações sociais, a violência de gênero emerge como uma das expressões mais persistentes das desigualdades estruturais. Segundo Saffioti (2004), as relações de gênero são construídas historicamente a partir de um sistema patriarcal que hierarquiza homens e mulheres, atribuindo papéis sociais distintos e desiguais.

Bourdieu (2002) contribui para essa compreensão ao afirmar que a dominação masculina se sustenta por meio da violência simbólica, ou seja, por mecanismos invisíveis que naturalizam a desigualdade entre os gêneros. Essa naturalização faz com que

determinadas práticas violentas sejam socialmente aceitas ou minimizadas, dificultando sua identificação e o enfrentamento. Assim, desigualdade de gênero constitui um dos fatores que influenciam a violência doméstica contra a mulher, uma vez que estrutura relações de poder desiguais entre homens e mulheres no espaço social e familiar. Conforme destaca Joan Scott (1995), o gênero organiza essas relações de poder, impactando comportamentos, expectativas e práticas cotidianas. Nesse contexto, atitudes de controle, dominação e agressão podem ser naturalizadas, funcionando como mecanismos de manutenção da autoridade masculina, como discutem bell hooks (2004) e Danièle Kergoat (2009).

Entre os fatores associados a práticas violentas domésticas, o machismo também se destaca, compreendido como um conjunto de valores e comportamentos que reforçam hierarquias e relações de poder desiguais. Schraiber, D'Oliveira e Couto (2009) apontam que essas desigualdades nas relações sociais criam um ambiente favorável a práticas de controle e agressão, especialmente quando a mulher passa a questionar papéis socialmente estabelecidos. Nesse contexto, as agressões surgem como um mecanismo de manutenção do poder.

O uso de álcool e drogas também aparece de maneira recorrente nos estudos sobre violência doméstica. Minayo (2006) observa que o consumo abusivo dessas substâncias pode intensificar comportamentos agressivos, reduzindo o autocontrole e ampliar conflitos já existentes nas relações afetivas. Schraiber, D'Oliveira e Couto (2009) reforçam que o álcool, embora não seja a causa direta da violência, funciona como um fator que potencializa episódios de agressão.

As dificuldades econômicas constituem outro elemento relevante. Henriques e Santos (2017) apontam que situações de desemprego e instabilidade financeira aumentam o estresse no ambiente familiar, o que pode contribuir para o surgimento ou a intensificação de conflitos. Em sociedades marcadas por valores patriarcais, a frustração relacionada à incapacidade de cumprir o “papel de provedor” pode ser direcionada às mulheres, reforçando práticas de controle e agressão. No entanto, os autores enfatizam que os problemas econômicos, por si só, não explicam a violência, sendo necessário considerar sua articulação com desigualdades de gênero.

Os conflitos relacionais e o ciúme excessivo também são destacados na literatura. Walker (1979) explica que sentimentos de posse e controle costumam anteceder os episódios de agressão, fazendo parte de um padrão repetitivo de atos **violentos**. Hirschman (2010) acrescenta que o ciúme pode se expressar como uma forma de controle psicológico, limitando a autonomia da mulher e reforçando relações abusivas.

O histórico familiar de condutas agressivas exerce influência significativa na reprodução desse fenômeno ao longo do tempo. Segundo Miriam Abramovay (2005), a

vivência contínua de situações violentas no ambiente familiar pode contribuir para a naturalização da violência, fazendo com que esses comportamentos sejam percebidos como normais ou aceitáveis desde a infância. Esse processo interfere na forma como os indivíduos constroem suas relações, favorecendo a repetição de práticas violentas na vida adulta.

Nesse sentido, Lourdes Bandeira (2014) destaca que os comportamentos aviltantes contra a mulher estão associados a padrões sociais e familiares historicamente construídos, que reforçam desigualdades de poder e contribuem para a continuidade da violência entre gerações. Assim, experiências vividas no contexto familiar atuam como fatores que favorecem a permanência da violência, dificultando seu rompimento.

Outro fator que contribuiu para o aumento da agressão doméstica contra a mulher foi o isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19. As medidas adotadas especialmente no início da pandemia intensificaram a convivência entre mulheres e seus agressores, ao mesmo tempo em que dificultaram o acesso a redes de apoio, familiares, serviços de proteção e canais de denúncia. Esse contexto aumentou a vulnerabilidade das vítimas e favoreceu a intensificação de situações de controle, ameaças e agressões no espaço doméstico.

Essa realidade pode ser observada no estudo desenvolvido por Cirqueira (2023), que analisou os atendimentos realizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Grajaú–MA. De acordo com o autor, em 2019 foram registradas 38 notificações judiciais para atendimento e acompanhamento psicossocial de mulheres em situação de violência. Já em 2020, período marcado pelo início da pandemia da COVID-19, esse número aumentou significativamente, chegando a 141 encaminhamentos ao CREAS. Esses dados evidenciam que o contexto pandêmico contribuiu para o aumento da demanda por atendimentos relacionados à violência doméstica, reforçando a compreensão de que fatores sociais e contextuais, como o isolamento social, podem intensificar a ocorrência desse tipo de violência.

Assim, os fatores associados a condutas violentas contra a mulher devem ser compreendidas de forma integrada, considerando a interação entre aspectos individuais e contextos sociais mais amplos. Vale ressaltar que, nenhum fator, seja ele qual for, justifica-se uma agressão, seja física, moral, psicológica, sexual ou patrimonial. Foram apontados, apenas, para uma melhor compreensão dos fatores que geralmente intensificam o ato da agressão.

Ciclo, impactos e políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher

Para compreender a violência doméstica de forma mais completa, é fundamental analisar os padrões de repetição que marcam essas práticas bárbaras. Muitas situações de agressão se repetem ao longo do tempo, seguindo um padrão que dificulta o rompimento da relação. Nesse sentido, Walker (1979) desenvolveu a teoria do ciclo da violência, representado na Figura 1, que ajuda a explicar por que muitas mulheres permanecem em relacionamentos abusivos por longos períodos.

Figura 1 – Teoria do ciclo da violência doméstica contra mulher



Fonte: Adaptado de Walker (1979).

De acordo com Walker (1979), esse ciclo é composto por três fases principais. A primeira é a fase de tensão, caracterizada pelo aumento de conflitos, discussões, ameaças e comportamentos de controle por parte do agressor. Nessa etapa, a vítima costuma sentir medo, ansiedade e insegurança, tentando evitar situações que possam desencadear a violência. A segunda fase é a da agressão, momento em que ocorrem atos de abuso de forma mais explícita, podendo envolver agressões físicas, psicológicas, morais, sexuais ou patrimoniais. Essa fase costuma ser marcada por episódios intensos de violência, que geram sofrimento físico e emocional profundo.

A terceira fase corresponde à reconciliação, também conhecida como “lua de mel”. Nesse momento, o agressor pode demonstrar arrependimento, pedir desculpas, prometer mudanças e adotar comportamentos carinhosos. Segundo Walker (1979), essa fase cria na vítima a expectativa de que as agressões não voltarão a ocorrer, reforçando a esperança de mudança e contribuindo para a continuidade da relação abusiva. Com o tempo, esse ciclo tende a se repetir, muitas vezes com episódios de violência cada vez mais frequentes e intensos.

A figura representa o caráter contínuo do ciclo dos atos de agressão doméstica, demonstrando como as fases de acúmulo de tensão, explosão da violência e lua de mel se repetem, dificultando o rompimento da relação violenta.

Além de atingir diretamente as mulheres em situação de relações abusivas, a violência doméstica provoca impactos mais amplos que afetam toda a família. Segundo Azevedo e Guerra (2005), crianças que convivem em ambientes marcados por comportamentos violentos podem desenvolver problemas emocionais, traumas, dificuldades no aprendizado e apresentar comportamentos agressivos ou retraídos ao longo do desenvolvimento. Esses efeitos demonstram que a violência doméstica não se restringe à vítima direta, mas compromete o bem-estar de todos que convivem nesse contexto.

Nesse sentido, a violência doméstica também deve ser compreendida como um grave problema de saúde pública. De acordo com o Ministério da Saúde (2018), esse tipo de violência provoca danos físicos e psicológicos duradouros, como lesões corporais, ansiedade, depressão, baixa autoestima e sofrimento emocional contínuo. Assim, compreender os impactos e a repetição da violência doméstica amplia a percepção sobre a gravidade do problema e reforça a importância de ações preventivas, de acolhimento e de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres.

Políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica

No âmbito das políticas públicas de enfrentamento das diferentes formas de agressão doméstica contra a mulher, a Lei Maria da Penha representa um marco fundamental ao estabelecer medidas específicas de proteção às vítimas. Para Dias (2015), a legislação inovou ao reconhecer que a violência doméstica não se limita a agressões físicas, envolvendo também danos psicológicos, morais e patrimoniais, o que exige respostas mais amplas do Estado. Nesse sentido, a lei vai além da punição do agressor, ao priorizar a proteção da mulher e a garantia de sua segurança e dignidade.

Entre as principais intervenções previstas pela Lei Maria da Penha estão as medidas protetivas de urgência, que podem ser concedidas de forma rápida pelo Poder Judiciário. Conforme destaca Pasinato (2016), essas medidas têm como objetivo interromper o ciclo da violência e evitar a repetição das agressões. O afastamento do agressor do lar, a proibição de contato com a vítima e seus familiares, a restrição de aproximação e a suspensão do porte de armas são exemplos de mecanismos que buscam reduzir riscos imediatos e preservar a integridade física e emocional da mulher.

Além das medidas judiciais, a Lei Maria da Penha também prevê ações de proteção social, como o encaminhamento das mulheres a serviços de atendimento psicológico, social e jurídico, bem como o acesso a abrigos e redes de apoio. Segundo Piovesan (2018), o enfrentamento dos atos violentos exige uma atuação integrada entre o sistema de justiça, a assistência social e os serviços de saúde, reconhecendo que a proteção efetiva das mulheres depende do funcionamento articulado dessas políticas públicas. Nesse sentido, consolida-se a noção de rede de enfrentamento e acolhimento, formada por diferentes instituições e serviços que atuam de maneira articulada para garantir atendimento integral às mulheres em situação de violência.

Além das iniciativas nacionais, é importante considerar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no enfrentamento das formas de abuso contra a mulher. Nesse contexto, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), estabelecido pela Organização das Nações Unidas na Agenda 2030, reúne metas voltadas à promoção da igualdade de gênero e à garantia dos direitos das mulheres, reforçando o compromisso dos Estados com a eliminação das desigualdades estruturais.

Entre as metas do ODS 5, destacam-se aquelas diretamente relacionadas ao enfrentamento da violência doméstica. A Meta 5.1 propõe a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas, enquanto a Meta 5.2 trata da eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas, incluindo a doméstica e familiar, dialogando diretamente com as diretrizes da Lei Maria da Penha. Já a Meta 5.c enfatiza o fortalecimento de políticas públicas e legislações eficazes, evidenciando a centralidade do Estado na garantia de direitos e proteção das mulheres.

No contexto nacional e estadual, essas diretrizes se materializam por meio de diferentes políticas e programas, como a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Rede de Enfrentamento e Acolhimento e iniciativas como a Casa da Mulher Brasileira, que integram serviços de segurança, justiça, assistência social e saúde em um mesmo espaço. No Maranhão, destacam-se ainda ações previstas no III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (2022–2026), bem como programas voltados à autonomia econômica feminina, como “Empodera Elas”, “Feira Com Elas” e “Mãos na Massa”, que buscam fortalecer a independência financeira das mulheres como estratégia de prevenção da violência.

No âmbito local, essas políticas também se expressam no município de Grajaú, por meio de ações específicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Destacam-se iniciativas como a Caravana “Maranhão Todos por Elas”, que levou ao município serviços

de orientação, atendimento e conscientização, bem como projetos desenvolvidos pelo Ministério Público e por órgãos da assistência social, voltados à proteção, acolhimento e garantia de direitos das mulheres em cenários de agressão. Essas ações evidenciam a importância da articulação entre políticas públicas, instituições e serviços locais para o enfrentamento efetivo da violência doméstica.

A universidade também assume um papel estratégico no enfrentamento das formas de abuso contra a mulher. Instituições como a Universidade Federal do Maranhão contribuem não apenas por meio da formação acadêmica, mas também pela promoção de debates, pesquisas, palestras e campanhas educativas que problematizam a temática da violência de gênero. Assim, a universidade fortalece a construção de uma consciência crítica, preparando estudantes e futuros profissionais para reconhecer, prevenir e enfrentar a violência doméstica em diferentes espaços social.

Dessa forma, ao considerar o conjunto das políticas nacionais, compromissos internacionais e ações desenvolvidas no contexto estadual e municipal, compreende-se que o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher exige estratégias integradas, que vão além do âmbito legal, envolvendo redes de apoio, serviços espec

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que constituiu o primeiro procedimento metodológico do estudo. Essa etapa teve como finalidade fundamentar teoricamente a pesquisa, por meio do levantamento de livros, artigos científicos, legislações e produções acadêmicas relacionadas aos abusos contra a mulher, gênero e políticas públicas.

Com base na pesquisa bibliográfica realizada, a presente investigação caracteriza-se como um estudo de abordagem quantiquantitativa, de natureza descritiva e exploratória, cujo objetivo central foi analisar a percepção das (dos) estudantes de graduação do Centro de Ciências de Grajaú acerca da violência doméstica contra a mulher. A escolha dessa abordagem metodológica justifica-se pela necessidade de articular dados numéricos, que permitem mensurar a ocorrência e a frequência sobre a percepção da violência, com dados interpretativos, capazes de revelar percepções, opiniões e compreensões subjetivas dos participantes sobre o fenômeno estudado, conforme defendem Creswell e Creswell (2018).

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa assume caráter descritivo, na medida em que busca identificar e sistematizar informações sobre as vivências diretas e indiretas de violência doméstica, os tipos percebidos e a frequência com que esses episódios ocorrem. Simultaneamente, apresenta caráter exploratório, pois investiga percepções, interpretações

e sugestões de enfrentamento da violência doméstica em um contexto local específico, ainda pouco explorado em estudos acadêmicos, especialmente no interior do Maranhão, conforme indicam Flick (2017) e Minayo (2006).

O universo da pesquisa foi composto por 153 estudantes ativos dos cursos de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia e Licenciatura em Ciências Naturais-Química, vinculados ao Centro de Ciências de Grajaú, da Universidade Federal do Maranhão. A amostra da pesquisa foi constituída por 124 estudantes, entre 18 e 30 anos ou mais, correspondendo a aproximadamente 81% do total de alunos ativos, o que confere significativa representatividade aos dados coletados. A participação dos estudantes ocorreu de forma voluntária, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica, especialmente o anonimato, a confidencialidade das informações e a liberdade de recusa, conforme orientações metodológicas discutidas por Flick (2017) e Creswell e Creswell (2018).

A coleta de dados foi realizada de forma presencial, por meio da aplicação de um questionário estruturado, disponível no Apêndice A, aplicado diretamente em sala de aula aos alunos das turmas ingressantes dos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025, abrangendo estudantes das áreas de Ciências Humanas e Ciências Naturais. A aplicação presencial possibilitou maior taxa de adesão dos participantes e favoreceu o esclarecimento de dúvidas quanto ao preenchimento do instrumento, contribuindo para a qualidade e confiabilidade das respostas.

O questionário foi elaborado com base no referencial teórico sobre as diferentes formas de abuso, relações de gênero e ciclo da violência, fundamentado em autores como Saffioti (2004), Bourdieu (2002), Kelly (2004) e Walker (1979), além de documentos legais como a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006). O instrumento foi organizado em cinco blocos temáticos, contemplando: Perfil sociodemográfico, com questões referentes à faixa etária, sexo e curso de graduação, permitindo contextualizar os sujeitos da pesquisa; Vivência de violência contra a mulher, abordando experiências diretas e indiretas, bem como a frequência dos episódios vivenciados; Tipos de práticas abusivas percebidas, considerando as categorias reconhecidas legalmente e discutidas na literatura, como violência psicológica, física, moral, sexual e patrimonial; Fatores e causas das práticas violentas, buscando identificar, a partir da percepção dos estudantes, elementos estruturais, culturais e sociais associados à violência doméstica; Percepção e soluções, voltado à identificação de estratégias e ações consideradas eficazes pelos participantes para o enfrentamento das situações de agressão no município de Grajaú.

Os dados quantitativos obtidos por meio das questões fechadas foram analisados com base na análise descritiva dos dados, possibilitando a organização das informações em frequências absolutas e relativas, favorecendo a visualização dos padrões de respostas dos

estudantes, conforme orientam Creswell e Creswell (2018). Essa etapa permite identificar tendências gerais relacionadas à vivência, percepção e compreensão das agressões contra a mulher no universo pesquisado.

Já os dados qualitativos, oriundos das questões abertas do questionário, foram analisados por meio da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa técnica metodológica possibilita a interpretação sistemática das falas e opiniões dos participantes, por meio das etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, permitindo a construção de categorias analíticas relacionadas aos objetivos da pesquisa. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo é especialmente adequada para estudos que buscam compreender significados, valores e percepções socialmente construídas.

A interpretação dos dados realizou-se de forma articulada ao referencial teórico adotado, permitindo relacionar as percepções das(os) estudantes às discussões sobre patriarcado, dominação masculina, ciclo da violência e políticas públicas de enfrentamento, conforme defendem Saffioti (2004), Bourdieu (2002), Kelly (2004) e Henriques e Santos (2017). Dessa forma, a metodologia adotada possibilita uma análise consistente e coerente com os objetivos propostos, contribuindo para a compreensão das situações de agressão contra a mulher a partir da realidade local de Grajaú e de uma maneira geral.

PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER ENTRE OS ESTUDANTES DO CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ – CCGR/UFMA

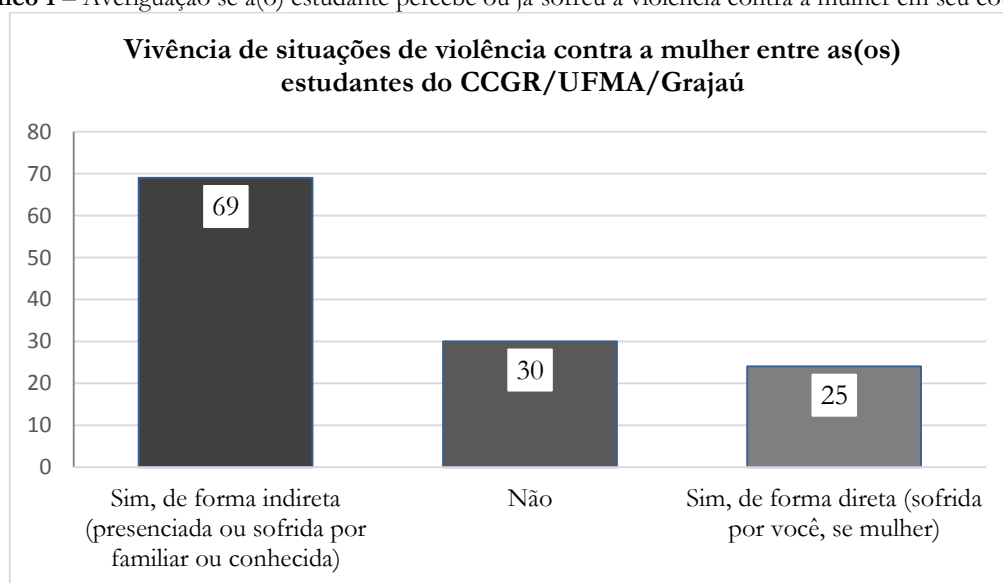
Este tópico apresenta e discute os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário junto aos estudantes de graduação do Centro de Ciências de Grajaú na Universidade Federal do Maranhão. As informações coletadas permitiram compreender o perfil dos participantes, suas percepções sobre a violência doméstica contra a mulher e os principais fatores associados a esse fenômeno. A análise dos dados foi realizada de forma articulada com o referencial teórico apresentado, buscando relacionar os resultados empíricos às discussões acadêmicas sobre gênero, violência doméstica contra mulher e políticas de enfrentamento, de modo a contribuir para a compreensão da problemática no contexto local.

As primeiras questões do questionário corresponderam ao bloco referente ao perfil sociodemográfico dos participantes. Nessa etapa inicial, observou-se que a pesquisa contou com a participação de 124 estudantes de graduação do Centro de Ciências de Grajaú, distribuídos entre os cursos de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia e Licenciatura em Ciências Naturais-Química, referentes às turmas ingressantes dos anos de 2022 a 2025.

A maioria dos respondentes (54,8%) encontra-se na faixa etária entre 18 e 21 anos; 19,4% são jovens entre 22 e 25 anos; 12,1% dos estudantes estão na faixa etária entre 26 e 29 anos; 13,7% possuem 30 anos ou mais. Do total de participantes, 59,67% das participantes são do sexo feminino. Esses dados indicam que a pesquisa foi realizada majoritariamente com jovens universitários, o que contribui para compreender como esse público percebe a dinâmica da violência contra a mulher no contexto local.

A 4 questão do questionário referente à seção “vivência de violência contra a mulher” buscou compreender como os estudantes percebem as agressões domésticas contra a mulher. Os dados obtidos foram analisados de acordo com o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Averiguação se a(o) estudante percebe ou já sofreu a violência contra a mulher em seu cotidiano



Fonte: Pesquisa de campo (CCGR/UFMA, 2026).

O Gráfico 1 evidencia que a maioria das (os) estudantes declarou já ter vivenciado a violência contra a mulher de forma indireta, seja por meio de situações presenciadas ou por relatos envolvendo familiares, amigas ou pessoas conhecidas. Esse dado demonstra que, mesmo quando não é sofrida diretamente, a violência contra a mulher está presente no cotidiano social das(os) participantes, reforçando a análise de Minayo (2006), que compreende a violência como um fenômeno social amplo.

Observa-se também a presença de estudantes que afirmaram ter vivenciado a violência de forma direta, o que reforça a gravidade do fenômeno e sua proximidade com a realidade universitária. Por outro lado, algumas pessoas declararam não ter tido contato com esse tipo de situação, o que corresponde a pouco mais de 24% da amostra estudada.

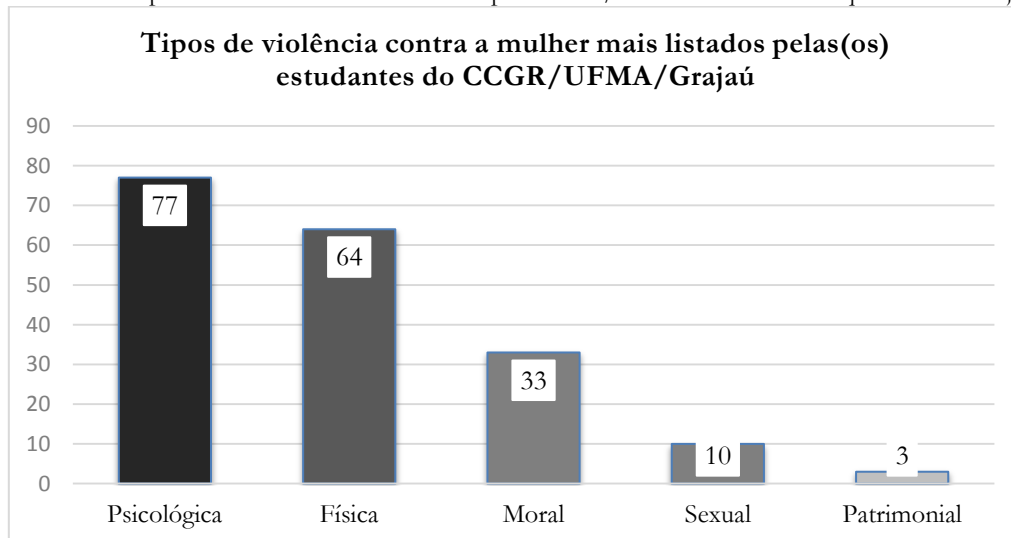
Em relação à frequência dos episódios das práticas abusivas, os dados coletados por meio da questão 5 do questionário revelam diferentes níveis de recorrência. Ao analisar os valores numéricos, verifica-se que 22,3% (ou 21 respondentes) afirmaram ter sofrido

violência uma única vez, 71,3% (ou 67 respondentes) relataram a ocorrência de agressões algumas vezes, e 6,4% (ou 6 respondentes) indicaram vivenciar episódios de agressão de forma frequente. Esses dados demonstram que, para uma parcela significativa das participantes, a violência não se apresenta como um evento isolado, mas como uma experiência recorrente, reforçando a compreensão da violência doméstica como um fenômeno contínuo.

Esses dados reforçam a compreensão do ciclo dos atos violentos proposto por Walker (1979), segundo o qual a violência doméstica tende a se reproduzir de forma contínua, dificultando sua interrupção.

A questão 6 do questionário teve como objetivo identificar os tipos de violência contra a mulher que as (os) estudantes percebem ou já vivenciaram, considerando a possibilidade de múltiplas respostas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Tipos de violência contra a mulher percebidos/sofridos com mais frequência em Grajaú



Fonte: Pesquisa de campo (CCGR/UFMA, 2026).

Os dados revelam que a violência psicológica foi a forma mais mencionada, indicada 77 vezes pelas(os) estudantes, seguida pela violência física que foi apontada 64 vezes, o que demonstra que ameaças, humilhações, chantagens e agressões corporais são uma realidade significativa e estão fortemente presentes no cotidiano das relações.

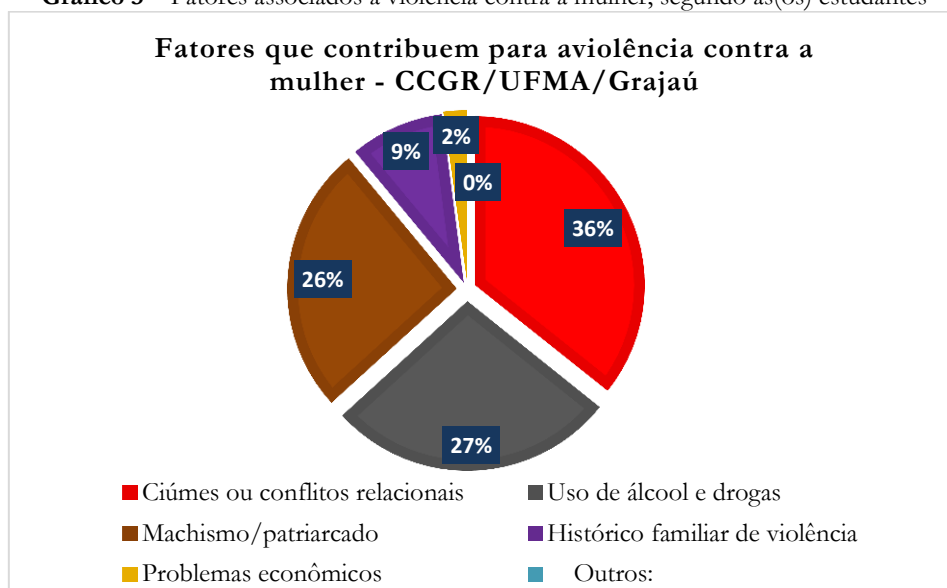
A violência moral também apresentou frequência elevada, sendo mencionada por 33 vezes, o que reforça a presença de práticas que atingem diretamente a dignidade e a imagem das mulheres. A violência sexual foi mencionada por 10 estudantes, embora seja um quantitativo pouco frequente nas respostas, sua presença é relevante, pois aponta para uma forma grave de agressão que, muitas vezes, permanece silenciada. Por fim, a violência patrimonial foi indicada 3 vezes, revelando situações de controle do dinheiro e destruição de bens.

A questão 7 buscou identificar quais formas de violência doméstica são mais reconhecidas pelas (os) estudantes. Essa questão contribui para analisar se a compreensão dos participantes vai além da violência física, incluindo também outras formas de agressão.

Ao serem questionadas (os) sobre os tipos de violência contra a mulher mais frequentes no município de Grajaú, as (os) estudantes apontaram, em maior proporção, formas de violência que nem sempre deixam marcas físicas visíveis. Esse resultado reforça a ideia de que a violência doméstica vai além da agressão física, envolvendo práticas de controle, humilhação, ameaças e desvalorização da mulher. Tal percepção dialoga com Kelly (2004), ao afirmar que os atos violentos não se manifestam apenas por meio de agressões físicas, mas envolve diferentes práticas interligadas que podem ocorrer de forma gradual. A predominância da violência psicológica evidencia, ainda, sua naturalização social, conforme discutem Saffioti (2004) e Bourdieu (2002).

A questão 8 procurou identificar, na opinião das (os) estudantes, os fatores que mais contribuem para as condutas violentas contra a mulher. Ao permitir a escolha de mais de uma alternativa, essa pergunta possibilita compreender como as(os) participantes pensam a respeito das causas da violência (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Fatores associados à violência contra a mulher, segundo as(os) estudantes



Fonte: Pesquisa de campo (CCGR/UFMA, 2026).

De acordo com o Gráfico 3, ciúmes ou conflitos relacionais foram os fatores mais apontados por 36% das(os) estudantes, seguidos pelo uso de álcool e drogas (27%), o machismo e o histórico de violência do patriarcado na sociedade (26%), existência de histórico familiar de violência (9%), e as dificuldades financeiras/econômicas foram apontadas apenas por 2% das(os) respondentes. Esses dados demonstram que as (os) participantes reconhecem que a violência não tem uma única causa, mas sim, é produzida e

reproduzida na sociedade por múltiplos fatores relacionados. A predominância dos ciúmes e conflitos relacionais como fatores associados a práticas de agressão contra a mulher pode ser compreendida à luz da cultura patriarcal, que historicamente legitima relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Conforme aponta Heleieth Saffioti (2004), o patriarcado sustenta a ideia de superioridade masculina e de controle sobre a mulher, fazendo com que sentimentos como ciúmes e posse sejam socialmente naturalizados nas relações afetivas. Nessa perspectiva, conflitos relacionais deixam de ser apenas desentendimentos cotidianos e passam a expressar disputas de poder, nas quais a violência surge como mecanismo de reafirmação da autoridade masculina. Esse entendimento também dialoga com Pierre Bourdieu (2002), ao evidenciar que a dominação masculina se reproduz por meio de práticas simbólicas que normalizam comportamentos de controle e agressão.

Além disso, Minayo (2006) destaca que fatores como uso de substâncias alcoólicas e dificuldades socioeconômicas podem intensificar situações de cenários de agressão, enquanto o histórico familiar contribui para a reprodução desses comportamentos ao longo das gerações, de acordo com o diagnosticado nesta pesquisa.

A questão 9 do questionário buscou identificar se as(os) estudantes acreditam na existência de um ciclo de violência contra a mulher. Os dados revelaram que 91 estudantes (73,4%) afirmaram acreditar na existência desse ciclo, enquanto 2 estudantes (1,6%) declararam não acreditar e 31 estudantes (25%) informaram não saber opinar sobre o tema.

Esses resultados indicam que a maior parte das(os) participantes reconhece a violência doméstica como um fenômeno que se repete ao longo do tempo, marcado por fases contínuas de tensão, agressão e reconciliação, conforme descrito por Lenore Walker (1979). Por outro lado, o percentual significativo de estudantes que não souberam opinar evidencia a necessidade de ampliar ações educativas e informativas sobre a dinâmica da violência contra a mulher.

A questão 10 do questionário teve como objetivo compreender a percepção das(os) estudantes acerca da ocorrência das agressões contra a mulher no município de Grajaú. Ao abordar se esse tipo de violência é considerado comum no contexto local, buscou-se identificar como os participantes avaliam a presença desse fenômeno no cotidiano da cidade, considerando diferentes níveis de frequência. A partir das respostas obtidas, os dados foram organizados e apresentados no gráfico a seguir, possibilitando uma melhor visualização das percepções expressas pelas(os) estudantes (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Avaliação dos estudantes quanto à frequência da violência contra a mulher em Grajaú



Fonte: Pesquisa de campo (CCGR/UFMA, 2026).

Os dados obtidos a partir da percepção das(os) estudantes revelam que a violação contra a mulher é amplamente reconhecida como um problema presente no cotidiano de Grajaú. Do total de participantes, 58,1% (72 estudantes) consideram a violência contra a mulher muito comum no município, enquanto 30,6% (38 estudantes) a avaliam como moderadamente comum. Esses percentuais indicam que a maioria expressiva dos respondentes percebe a violência como uma realidade recorrente no contexto local.

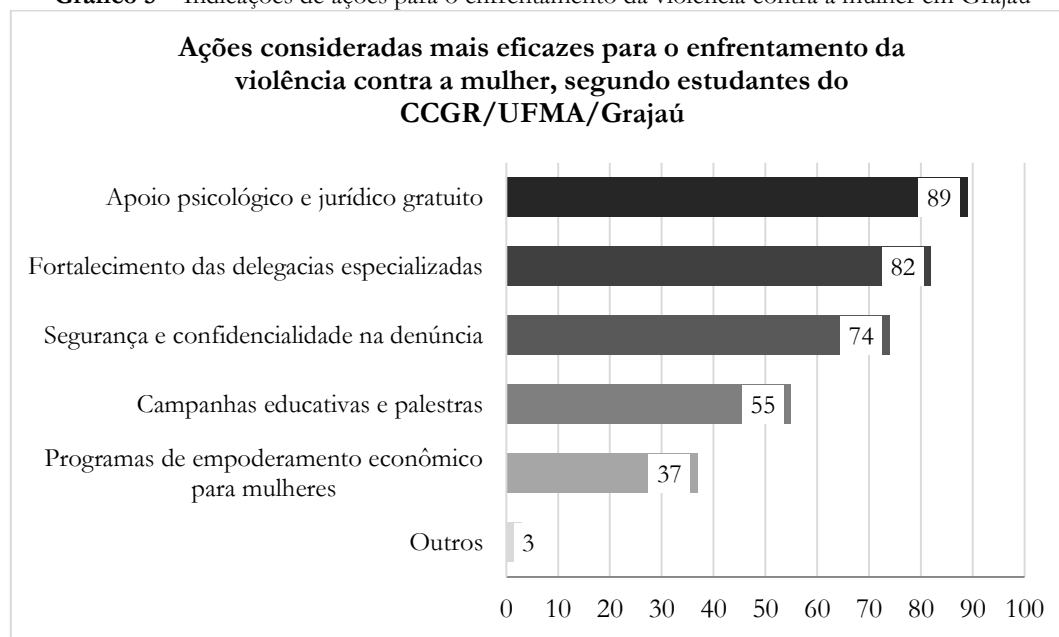
Por outro lado, uma parcela menor das(os) estudantes avalia a violência como menos frequente, sendo que 8,9% (11 estudantes) a consideram pouco comum e apenas 2,4% (3 estudantes) afirmam que raramente acontece. Embora esses percentuais sejam reduzidos, eles evidenciam diferentes percepções sobre o fenômeno, possivelmente relacionadas às experiências individuais e ao acesso às informações sobre a temática. Os resultados demonstram que as condutas violentas contra as mulheres são percebidas pela maioria das(os) estudantes como um problema significativo no município.

A questão 11 do questionário buscou indicações de ações, serviços ou mecanismos de apoio destinados às mulheres em situação de práticas abusivas que as (os) estudantes reconhecem como mais eficazes, pois o conhecimento desses serviços influencia diretamente as possibilidades de busca por ajuda e denúncia. Essa questão permitiu aos participantes assinalarem quantas sugestões de ações achassem mais oportunas.

Conforme apresentado no Gráfico 5, as (os) estudantes destacaram como ações prioritárias para o enfrentamento da violência contra a mulher em Grajaú: a) o apoio psicológico e jurídico gratuito; b) criação e fortalecimento de delegacias especializadas; c) garantia de segurança e confidencialidade nas denúncias; d) além da realização de campanhas educativas e palestras; e de criação ou ampliação de programas de geração de

renda e autonomia econômica para as mulheres. Outras sugestões livres foram indicadas, tais como, a necessidade de maior acessibilidade aos serviços de apoio, bem como a criação ou ampliação de locais de denúncia, de modo a facilitar o acesso das mulheres aos mecanismos de proteção. Além disso, também foi mencionada a importância de acreditar mais nas vítimas, reconhecendo seus relatos e evitando a deslegitimação das denúncias, aspecto que muitas vezes contribui para o silenciamento e a continuidade dessa problemática social.

Gráfico 5 – Indicações de ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em Grajaú



Fonte: Pesquisa de campo (CCGR/UFMA, 2026).

De acordo com as informações obtidas, as sugestões apresentadas pelas(os) estudantes evidenciam, principalmente, a importância do apoio psicológico e jurídico gratuito às mulheres em situação de violência, bem como o fortalecimento das delegacias especializadas. Essas ações aparecem como centrais nas respostas, indicando que os participantes reconhecem a necessidade de garantir atendimento adequado, acolhimento e orientação às vítimas, além de estruturas institucionais mais preparadas para o registro das denúncias e o encaminhamento dos casos.

Nesse sentido, as ações destacadas pelas (os) estudantes dialogam diretamente com os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), proposto pela ONU. Esse objetivo busca promover a igualdade de gênero e enfrentar as diversas formas de agressões vivenciadas por mulheres e meninas.

Assim, ao defenderem serviços de atendimento mais acessíveis e estruturas institucionais mais preparadas, as(os) estudantes reforçam a importância de medidas que se relacionam com as metas 5.1, 5.2 e 5.c do ODS 5, especialmente no que diz respeito à

redução das desigualdades, ao combate à violência doméstica e ao fortalecimento de políticas e ações de proteção às mulheres. Dessa forma, as percepções expressas no questionário demonstram que, mesmo no contexto local, há uma compreensão de que o enfrentamento da violência contra a mulher exige a articulação entre serviços de apoio, instituições especializadas e compromissos mais amplos voltados à garantia de direitos.

A questão 12 do questionário serviu para complementar a questão anterior, apresentando caráter discursivo, permitindo que as (os) estudantes expressassem livremente suas percepções e sugestões acerca do enfrentamento da violência contra a mulher no município de Grajaú. As respostas foram analisadas de forma qualitativa e organizadas em categorias temáticas, com o objetivo de sintetizar os principais sentidos atribuídos pelas (os) participantes. O quadro a seguir apresenta uma síntese das principais propostas apontadas pelos estudantes.

Quadro 1 – Síntese das percepções das(os) estudantes sobre ações necessárias para o enfrentamento da violência contra a mulher em Grajaú

Categoria temática	Sugestões de ações para combater a violência contra mulher, conforme percepção das (os) estudantes
Ações educativas e preventivas	Realização de palestras, campanhas e ações educativas ao longo de todo o ano para ampliar a conscientização sobre a violência contra a mulher.
Rede de apoio e acolhimento	Criação e fortalecimento de casas de apoio, além da ampliação do atendimento psicológico, social e familiar às mulheres em situação de violência.
Atuação dos serviços públicos	Maior eficiência dos serviços sociais responsáveis pelo atendimento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência.
Segurança pública e justiça	Aplicação de punições mais severas aos agressores, aumento das rondas policiais e fortalecimento da atuação da segurança pública.
Delegacia especializada	Fortalecimento das delegacias especializadas no atendimento à mulher, garantindo acolhimento, segurança e sigilo no momento da denúncia.
Autonomia e apoio às vítimas	Ampliação do apoio financeiro e emocional às mulheres, considerando que a dependência econômica e a falta de apoio dificultam o rompimento das relações violentas.

Fonte: Pesquisa de campo (CCGR/UFMA, 2026).

As respostas discursivas da questão 12 indicam que as (os) estudantes reconhecem que o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher demanda ações contínuas e articuladas. De forma recorrente, as (os) participantes destacaram a importância da ampliação de palestras e campanhas educativas ao longo de todo o ano, compreendendo a conscientização como uma estratégia fundamental para informar à população e prevenir novas situações de violência. Nesse contexto, a universidade é compreendida como um espaço estratégico para a promoção dessas ações, seja por meio de projetos de extensão, eventos acadêmicos, palestras, campanhas institucionais ou debates inseridos na rotina universitária, aproximando o conhecimento científico da realidade social.

Outro aspecto frequentemente mencionado refere-se à necessidade de fortalecimento das redes de apoio às mulheres em situação de violência. Estudantes apontaram a carência de casas de acolhimento, de apoio psicológico e de suporte familiar e financeiro, ressaltando que a ausência desses recursos contribui para a permanência das vítimas em relações abusivas. Nesse sentido, também foi enfatizada a importância de serviços sociais mais eficientes e de uma rede de atendimento especializada que ofereça suporte integral às mulheres. As falas dos participantes também evidenciam que a universidade pode atuar como parceria com pesquisas locais, mapeamento e ações comunitárias para a redução desse tipo de violência.

As (os) estudantes também apontam a necessidade de uma atuação mais presente do Estado no enfrentamento da violência doméstica, destacando a importância de punições mais eficazes aos agressores e de ações mais consistentes das forças de segurança, como o aumento de rondas nos bairros. Nesse contexto, a universidade é compreendida como um espaço importante para a formação de profissionais mais atentos à temática e para a produção de conhecimentos que possam contribuir com a construção de políticas públicas mais adequadas à realidade local. De modo geral, as respostas mostram que as (os) estudantes entendem a violência doméstica como um problema social complexo, cujo enfrentamento exige ações educativas, fortalecimento das políticas públicas e garantia de proteção às mulheres.

De forma geral, os dados obtidos por meio do questionário revelaram que cenários de agressão contra a mulher são reconhecidos pelas(os) estudantes como um problema presente na realidade social e local, não sendo percebida como um fenômeno distante ou restrito a determinados grupos. As respostas indicam que as (os) participantes possuem conhecimento sobre os diferentes tipos de atos violentos, bem como sobre os principais fatores que contribuem para sua ocorrência. Além disso, as (os) estudantes demonstram compreender que o enfrentamento da violência contra a mulher exige ações que vão além da punição, destacando a importância da educação, da conscientização social e do fortalecimento das políticas públicas e das redes de apoio. Nesse sentido, a universidade assume um papel central como espaço de formação crítica, diálogo e intervenção social, contribuindo para a desconstrução de práticas naturalizadas de violência e para a promoção de uma cultura de respeito e igualdade. Esses resultados dialogam com a literatura apresentada ao longo do trabalho, reforçando que a violência doméstica é um fenômeno complexo, sustentado por desigualdades de gênero e padrões culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a violência doméstica contra a mulher a partir da percepção das (dos) estudantes de graduação do Centro de Ciências de Grajaú, da Universidade Federal do Maranhão. A pesquisa partiu do entendimento de que as agressões domésticas constituem um problema social complexo, historicamente enraizado em relações desiguais de gênero, e que sua compreensão exige uma abordagem que articule aspectos sociais, culturais, econômicos e simbólicos.

Ao longo do trabalho, a fundamentação teórica permitiu evidenciar que as condutas violentas não se restringem a episódios isolados de agressão física, mas se manifesta por meio de diferentes formas, como a violência psicológica, moral, sexual e patrimonial, conforme discutem autores como Saffioti (2004), Bourdieu (2002) e Kelly (2004). Além disso, a abordagem do ciclo da violência, proposta por Walker (1979), contribuiu para compreender os padrões de repetição e a permanência das mulheres em relações abusivas, reforçando a necessidade de ações preventivas e educativas.

A metodologia adotada, de natureza quantiqualitativa e com aplicação de questionário presencial, possibilitou captar a percepção das (os) estudantes sobre os atos violentos doméstica de forma direta e sistematizada. Os resultados evidenciaram que, embora exista um reconhecimento significativo da violência doméstica e de seus principais tipos, ainda existem dificuldades na compreensão de seus fatores estruturais e de seus padrões cíclicos. Fatores como machismo, uso de álcool e drogas, conflitos relacionais e histórico familiar de violência foram apontados como elementos centrais para a ocorrência da violência contra a mulher, o que dialoga com a literatura especializada.

As respostas discursivas das (as) estudantes reforçaram a importância de políticas públicas mais eficazes, da ampliação das redes de apoio, do fortalecimento dos serviços especializados e da realização de ações educativas contínuas. Tais percepções demonstram que as (os) participantes reconhecem a violência doméstica como um problema que exige respostas coletivas, institucionais e sociais, e não apenas individuais.

Dessa forma, o estudo alcançou seus objetivos ao evidenciar como as (os) estudantes percebem as formas de abuso contra a mulher, identificando tanto avanços no reconhecimento do problema quanto lacunas que ainda precisam ser enfrentadas. Os dados obtidos indicam que a universidade desempenha um papel fundamental na formação crítica dos sujeitos, podendo contribuir de maneira significativa para a desconstrução de práticas naturalizadas de violência e para a promoção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero.

Em suma, espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento do debate acadêmico e social sobre a violência doméstica contra a mulher, especialmente em contextos do interior do Maranhão, como o município de Grajaú. Espera-se, ainda, que os

resultados possam subsidiar futuras pesquisas, ações educativas e políticas públicas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência de gênero, reafirmando a importância do conhecimento científico como instrumento de transformação social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2005.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um cenário em (des)construção**. São Paulo: Cortez, 2005.

BANDEIRA, Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449–469, 2014.

BANDURA, Albert. **Social learning theory**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência interpessoal e autoprovocada: análise da situação de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2011.

CIRQUEIRA, Raí da Silva. **Violência contra a mulher em Grajaú–MA: desafios a partir das vítimas atendidas pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Humanas-Geografia) – Centro de Ciências de Grajaú, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2023.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023.

HENRIQUES, Ricardo; SANTOS, Marina Dias dos. **Violência de gênero e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

HIRSCHMAN, Charles. **Psicologia e violência doméstica: estudos de caso**. São Paulo: Summus Editorial, 2010.

KELLY, Liz. **Violência contra mulheres: perspectivas feministas e políticas públicas**. São Paulo: Annablume, 2004.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 86, p. 93–103, 2009.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Caravana “Maranhão Todos por Elas” chega a Grajaú com ações de enfrentamento à violência contra a mulher**. São Luís, 2025.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Mulher (SEMU). **III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Maranhão (2022–2026)**. São Luís: SEMU, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 7–18, 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (MPMA). **MPMA lança Projeto em Defesa da Mulher em Grajaú**. São Luís, 2022. Disponível em: site oficial do MPMA.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher**. Nova Iorque: Nações Unidas, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: ONU Brasil, 2015.

PASINATO, Wânia. **Violência contra as mulheres: políticas públicas e direitos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Raquel Ferreira dos. **Políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SCHRAIBER, Lília Blima; D’OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; COUTO, Márcia Thereza. Violência e saúde: estudos científicos recentes. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, p. 734–740, 2009.

SOUSA, Livia [et al.]. **Estudos sobre violência doméstica no Nordeste brasileiro**. Recife: Editora UFPE, 2020.

WALKER, Lenore E. **The battered woman**. New York: Harper and Row, 1979.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-GEOGRAFIA

TÍTULO DA PESQUISA: A percepção das (dos) estudantes de graduação do Centro de Ciências de Grajaú acerca da violência contra a mulher.

DISCENTE: Elanne Pires dos Santos

ORIENTADOR: Marcos Nicolau Santos da Silva

QUESTIONÁRIO

Instruções:

- 1 Este questionário é **anônimo e voluntário**.
- 2 Suas respostas serão utilizadas **apenas para fins acadêmicos** do TCC.
- 3 Por favor, responda com sinceridade.

Bloco 1 – Perfil sociodemográfico

1. Faixa etária:
 - ☐ 18-21 anos
 - ☐ 22-25 anos
 - ☐ 26-29 anos
 - ☐ 30 anos ou mais
2. Sexo:
 - ☐ Feminino
 - ☐ Masculino
 - ☐ Outro
3. Curso de graduação: ☐ LCH-Geografia ☐ LCN-Química

Bloco 2 – Vivência de violência contra a mulher

4. Você já vivenciou algum episódio de violência contra a mulher?
 - ☐ Sim, de forma direta (sofrida por você, se mulher)
 - ☐ Sim, de forma indireta (presenciada ou sofrida por familiar ou conhecida)
 - ☐ Não
5. Se você respondeu “Sim” na pergunta anterior, com que frequência isso ocorreu?

- ☐ Uma vez
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Frequentemente

Bloco 3 – Tipos de violência percebidos

6. Quais tipos de violência contra a mulher você percebeu ou vivenciou? (Marque todas que se aplicam)
- ☐ Psicológica (ameaças, humilhações, chantagens)
 - ☐ Física (agressões corporais)
 - ☐ Moral (difamação, insultos, constrangimento)
 - ☐ Sexual (violência sexual dentro de casa)
 - ☐ Patrimonial (controle do dinheiro, destruição de bens)
7. Na sua percepção, qual tipo de violência você considera mais frequente na cidade de Grajaú?
- ☐ Psicológica
 - ☐ Física
 - ☐ Moral
 - ☐ Sexual
 - ☐ Patrimonial

Bloco 4 – Fatores e causas da violência

8. Na sua opinião, quais fatores mais contribuem para a violência contra a mulher? (Marque até 3 opções)
- ☐ Uso de álcool e drogas
 - ☐ Machismo/patriarcado
 - ☐ Problemas econômicos
 - ☐ Ciúmes ou conflitos relacionais
 - ☐ Histórico familiar de violência
 - ☐ Outros: _____
9. Você acredita que existe um ciclo de violência contra a mulher?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Não sei opinar

Bloco 5 – Percepção e soluções

10. Na sua percepção, a violência contra a mulher é comum em Grajaú?
- ☐ Muito comum
 - ☐ Moderadamente comum
 - ☐ Pouco comum
 - ☐ Raramente acontece
11. Quais ações você acredita serem mais eficazes para enfrentar a violência contra a mulher em Grajaú? (Marque todas que se aplicam ou indique outra ação)
- ☐ Campanhas educativas e palestras
 - ☐ Apoio psicológico e jurídico gratuito
 - ☐ Fortalecimento das delegacias especializadas
 - ☐ Segurança e confidencialidade na denúncia
 - ☐ Programas de empoderamento econômico para mulheres
 - ☐ Outros: _____
12. Você gostaria de acrescentar algum comentário sobre violência contra a mulher ou sugerir outras soluções?
- 12.1 Resposta aberta:
- _____
- _____
- _____